

## O NOSSO PROJECTO DESENVOLVEU-SE COM ÊXITO !



**PARA DEFENDER OS DIREITOS E OS SALÁRIOS!**

**REFORÇAR A  
SINDICALIZAÇÃO  
DOS  
TRABALHADORES  
IMIGRANTES!**

**Seminários**

No quadro do projecto POISE: ACTIVIDADE 6  
Sensibilização e reforço da sindicalização dos trabalhadores de países terceiros

Cofinanciado por:



**CGTP**  
INTERSINDICAL NACIONAL

Cofinanciado por:

## Editorial

Com a edição deste segundo número do boletim *Integrar*, em formato duplo, estamos a cumprir as actividades a que nos propusemos com a implementação do projecto “Sensibilização e Reforço da Sindicalização dos Trabalhadores Imigrantes dos Países Terceiros”.

Dirigido aos dirigentes e delegados sindicais da CGTP-IN e tendo como público alvo os imigrantes, este projecto foi concluído com sucesso.

Devemos utilizar, sem receio, este termo para classificar o resultado final de todo o trabalho desenvolvido.

O caso factual que seguidamente vamos descrever, mais do que um relatório denso e tecnicamente perfeito, descreve a utilidade do nosso projecto para a acção sindical da CGTP-IN com os imigrantes.

No seminário final de balanço, um dirigente sindical que tinha participado activamente no seminário de sensibilização de Lisboa relatou a importância que as aprendizagens nele recolhidas tiveram para o trabalho sindical que realiza.

Na empresa onde trabalha, disse o camarada, existem imigrantes paquistaneses que têm (naturais) dificuldades de comunicação devido ao obstáculo que é a língua (e não só!). Depois do seminário, o nosso camarada abordou-os novamente e distribuiu os folhetos desdobráveis de informação e direitos produzidos pelo projecto, mas em inglês. Esta acção permitiu imediatamente uma interacção entre os imigrantes e o nosso camarada, abrindo-se um espaço de contacto sindical.

Alguns dias depois, estando num café, o nosso camarada reparou que também estava presente um cidadão estrangeiro, aparentemente um ucraniano imigrante. De imediato, abordou-o. Porém, o cidadão demonstrou retracção, senão mesmo desconfiança. O nosso dirigente não forçou o contacto mas entregou-lhe o mesmo folheto desdobrável, agora escrito em ucraniano. O cidadão estrangeiro, surpreendido, recebeu o material informativo e afastou-se – mas começou a lê-lo. Após essa leitura, reproximou-se do nosso camarada e, com notórias dificuldades de falar em português, entabulou uma conversa, estabelecendo-se então uma ligação sindical sobre a sua realidade laboral e os seus direitos laborais e sociais.

A partir destes dois contactos, vai-se projectar o desenvolvimento futuro da actividade sindical.

A experiência vivida por este nosso camarada, testemunhada com emoção, ilustra a relevância do nosso projecto.

O nosso objectivo era claro – capacitar os dirigentes e delegados, fornecendo-lhes meios (conceptuais e instrumentais) e exemplos de boas práticas. Assim, a sua acção

junto aos imigrantes terá mais eficácia, informando-os, defendendo os seus interesses e mobilizando-os para se envolverem na actividade sindical. Esta é a melhor forma de os integrar nos sindicatos da CGTP-IN e, por este meio, contribuirmos para a sua integração na nossa sociedade.

Definido rigorosa e claramente o objectivo, estabelecemos um conjunto de actividades e de produção de materiais que o pudessem sustentar.

O meio privilegiado escolhido foi a realização de seis seminários de sensibilização, abrangendo todo o território nacional. Grande Lisboa (em Lisboa), Alentejo (em Évora), Algarve (em Faro), Centro Litoral (em Coimbra), Centro Interior (na Covilhã) e Norte (no Porto) foram as regiões – cidades – onde os realizámos. No total, participaram 102 dirigentes e delegados (média de 17 participantes por seminário), dos principais sectores em que se fixam os trabalhadores imigrantes (construção civil, agricultura, restauração e hotelaria, limpeza industrial e domésticas), além de responsáveis da nossa estrutura.

O principal suporte a estas acções de formação foi a edição de um *Manual para o Trabalho Sindical com a Imigração*, estruturado em duas partes. A *primeira*, eminentemente sindical, em que se apresenta a realidade sociolaboral da imigração e os princípios, as análises, posições, reivindicações e orientações da CGTP-IN para o trabalho sindical na imigração. Na *segunda parte*, faz-se a apresentação do quadro legal da imigração em Portugal, utilizando uma metodologia de

[continua na página 15]



## A REALIDADE ESTATÍSTICA DA IMIGRAÇÃO – PARTE 2

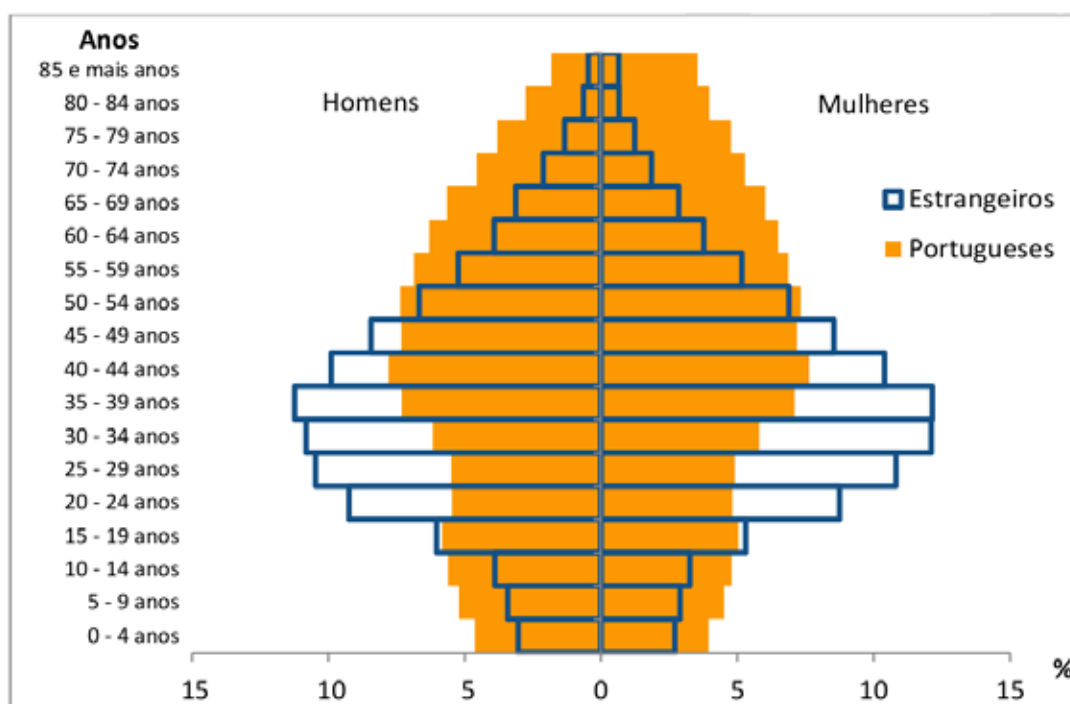
**A** Parte 1 desta rubrica foi apresentada no boletim *Integrar* anterior. Vimos dados estatísticos relativos à evolução da população imigrante em Portugal desde 1980 até 2017. Vimos as principais nacionalidades existentes, segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) em 2017. Estes dados surpreenderam os participantes dos seminários de sensibilização porque desmontam os preconceitos sobre a “invasão” dos imigrantes em Portugal. Com efeito, Portugal tem uma taxa de imigração de 3,7% relativamente à população portuguesa, é a mais baixa da União Europeia. Vimos que as cinco nacionalidades maioritárias têm origem no Brasil (20,3%), Cabo Verde (8,3%), Ucrânia (7,7%), Roménia (7,3%) e China (5,5%). Vimos também que em termos de representatividade geográfica, evidencia-se a presença maioritária da população estrangeira na região de Lisboa e Vale do Tejo, sendo que os distritos de Lisboa e Setúbal, conjuntamente, representam cerca de metade do número de estrangeiros em 2016 (respectivamente, 173 118 e 36 481), sendo o distrito de Faro a segunda zona com mais estrangeiros (63 481)<sup>1</sup>.

### A pirâmide demográfica que interpela

Nesta Parte 2, pareceu-nos importante apresentar outros dados que desmontam os preconceitos e os estereótipos e interpelam a sociedade portuguesa. Uma destas estatísticas diz respeito à pirâmide etária da população de nacionalidade estrangeira comparada com a população de nacionalidade portuguesa, porque revela alguns dados fundamentais.

Com efeito, este quadro revela três aspectos fundamentais, sendo o primeiro que a situação etária da população estrangeira é mais jovem e corresponde maioritariamente às faixas etárias da população

**PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE PORTUGUESA E ESTRANGEIRA, EM 2015 (%)**



Fonte: INE, Estimativas Anuais de População Residente

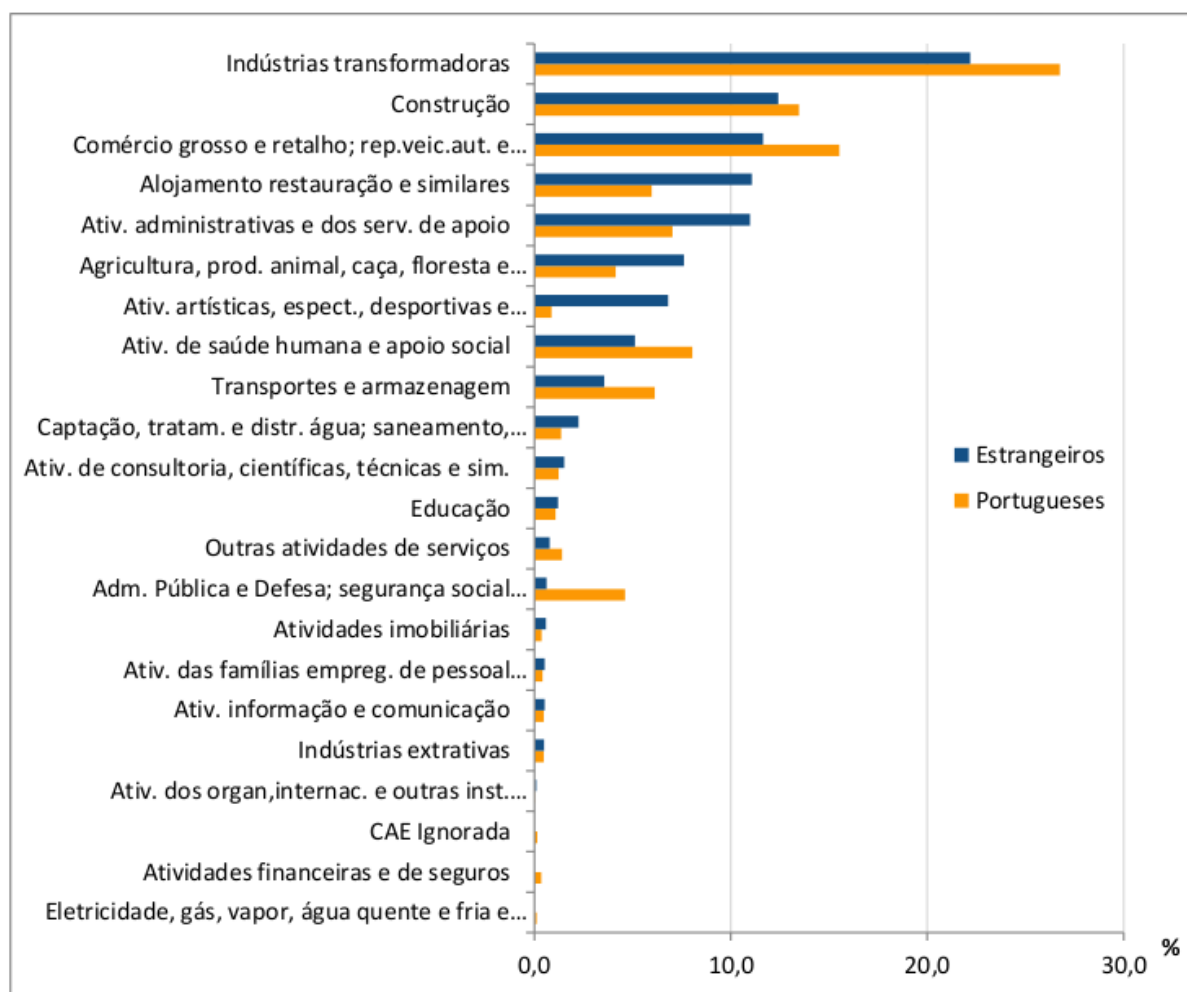
<sup>1</sup> Ver quadro 3.1 do *Relatório Estatístico Anual 2017* do Observatório das Migrações.

activa; em segundo lugar, esta vem colmatar, assim, a falta de população portuguesa nestas mesmas faixas, o que permite ter mais pessoas em idade de contribuir para a Segurança Social; por fim, confirma-se que, além do dever de acolher os imigrantes por solidariedade, temos a necessidade de ter mais imigrantes, já que não existem incentivos e apoios para os portugueses pensarem numa vida com uma família mais numerosa, o que salvaguardava a decisão pessoal de ter ou não uma família numerosa e ao mesmo tempo prevenir o aumento da população activa contribuinte nas contas da Segurança Social.

## Os acidentes de trabalho

Outro aspecto que decorre do facto de a população de imigrantes ter uma taxa de trabalhadores activos mais numerosa é a situação de estarem mais sujeitos a acidentes de trabalho por causa das más condições de segurança e saúde que sofrem. A falta de preparação para estes riscos, em muitos casos, é a causa de os trabalhadores imigrantes sofrerem mais acidentes de trabalho mortais e não mortais. O quadro seguinte indica os sectores em que esta taxa é mais elevada e evidencia também que as taxas de acidentes são mais elevadas do que para os trabalhadores portugueses.

**ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS E NÃO MORTAIS DE PORTUGUESES E ESTRANGEIROS, SEGUNDO A ATIVIDADE ECONÓMICA, 2014**

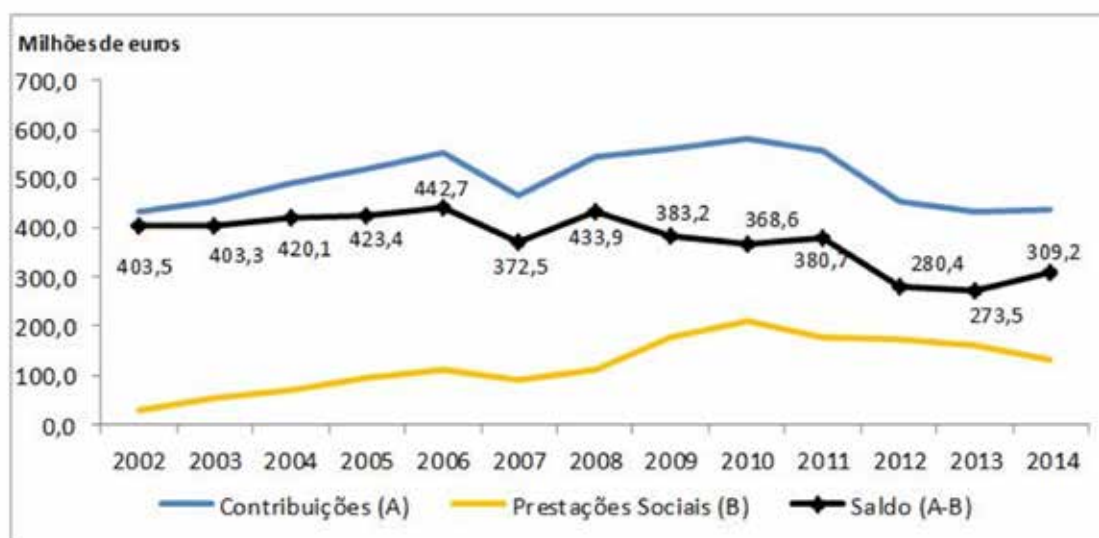




## A contribuição dos trabalhadores imigrantes para a Segurança social é superior ao que é gasto com eles

Por fim, queremos aqui desmistificar a falsa ideia e os preconceitos lançados pelos racistas, a direita e extrema-direita de que os imigrantes custam ao Estado, e por isso aos portugueses, abusando dos serviços de saúde, desemprego e outros serviços públicos. Na verdade, um estudo da ACM revelou que nunca foi o caso. Pelo contrário, o quadro seguinte revela que os imigrantes contribuem sempre muito mais do que custam.

### SALDO DAS CONTRIBUIÇÕES E PRESTAÇÕES SOCIAIS RELATIVAS À POPULAÇÃO DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, ENTRE 2002 E 2014 (MILHÕES DE EUROS)



Fonte: MESS (cálculos de Oliveira e Gomes, 2016)

O quadro precedente indica claramente que, por exemplo, em 2014 (últimos dados disponíveis), os imigrantes pagaram cerca de 450 milhões de euros à Segurança Social, quando no mesmo ano só custaram cerca de 141 milhões de euros, representando um saldo positivo de 309 milhões de euros para os cofres da Segurança Social.

## A realidade social da imigração

Um relatório de actividade da Inspeção-Geral do Trabalho referia como principais problemas que se manifestam no mercado de trabalho: a subsistência de um elevado núcleo de empresas que não reúne todos os requisitos de qualidade, designadamente na construção civil e obras públicas; a atribuição aos trabalhadores imigrantes das categorias profissionais de mais baixos salários, sem correspondência com a realidade e acompanhadas de subdeclaração de rendimentos para efeitos laborais e de protecção social; a duração de trabalho diária e semanal excessiva, com violação das normas sobre descanso semanal, segurança e saúde. Num estudo da CGTP-IN sobre a realidade económica e social dos imigrantes em 2010<sup>2</sup>, sublinhava-se alguns dos principais problemas dos imigrantes: a regularização e a igualdade de condições (laborais, sociais, cívicas...).

<sup>2</sup> Estudo desenvolvido no âmbito do projecto apresentado pela CGTP-IN: "Imigração – Informar e Formar para Melhor Integrar".

De facto, os trabalhadores imigrantes documentados são os que: têm o trabalho com piores condições; as remunerações menores; o maior índice de gravidade de acidentes de trabalho; na sua maioria, têm qualificações menores e menor formação nos principais sectores de actividade; menos podem exercer os seus direitos laborais e sociais; têm a maior flexibilidade de horário laboral e não sempre devidamente compensada; são mais afectados pela subdeclaração de rendimentos e na protecção social. Em geral, constatamos que as empresas sem actividade sindical são as que mais praticam fortes discriminações (salariais, direitos laborais...).

**Por outro lado, importa referir os outros problemas que encontram os imigrantes**, como o acesso a bens sociais e serviços públicos (leis, língua, etc.), as práticas discriminatórias e condição de género e os problemas de alojamento. E outras das conclusões que ressaltaram dos debates promovidos nos vários distritos pelos sindicatos, associações de emigrantes e imigrantes, podem ser assim resumidas:

Embora Portugal tenha, comparativamente com outros estados da União Europeia, uma legislação muito favorável, ainda existem muitas desigualdades ao nível social e laboral; sobretudo muito desconhecimento da legislação existente por parte dos trabalhadores imigrantes; a importância de denunciar o aproveitamento ilegal desta situação pelos empresários; a importância de os trabalhadores imigrantes saberem que têm direitos e que se podem organizar com os sindicatos; a importância de serem os sindicatos a dar o primeiro passo para os contactar, informar e incentivar a reagir; o sonho dos trabalhadores imigrantes é igual ao dos trabalhadores portugueses: ter uma vida estável e condições de trabalho dignas.

Face a esta realidade e desde a sua nascença, a CGTP-IN entende que deve ser combatida toda a forma de economia clandestina e promovida uma integração plena dos imigrantes, se necessário através de novos instrumentos de natureza preventiva relativamente às práticas ilegais de maior gravidade em matéria laboral e de segurança social, nomeadamente através da medida imediatamente executória de suspensão da actividade.

Para concluir, importa dizer que a CGTP-IN não pode deixar de condenar com veemência a posição de muitas empresas e da própria Administração Pública, que assumem muitas vezes comportamentos hipócritas nas relações de trabalho com as comunidades imigrantes em Portugal. Em alguns casos, os salários auferidos pelos estrangeiros estão abaixo dos mínimos legais, o que decorre em grande parte da existência de muitos trabalhadores indocumentados em Portugal.

Departamento de Migrações da CGTP-IN / Abril de 2019

**integrar** boletim

Queremos assim transmitir uma informação geral aos trabalhadores imigrantes sobre os direitos existentes. (pág. 93)

Muito importante que os imigrantes se possam integrar social e economicamente nas sociedades de acolhimento e em Portugal não fogem a regra... (pág. 95)

Vimos recomendar a edição do boletim do nosso Departamento de Migrações e boletim INTEGRAR, depois de algum tempo de suspensão devido a (naturais) dificuldades causadas por excesso de actividade sindical e consequentes carências de recursos. E este será o nº 2 da 2ª série. Desde sempre, os movimentos migratórios tiveram toda a atenção e os migrantes a solidariedade absoluta da CGTP-IN, porque sabemos, com a máxima atenção e preocupação política que os migrantes são o principal objectivo da mensagem política da extrema-direita protofascista ou mesmo assumidamente racista, que os diaboliza e os transforma no bode expiatório de todos os problemas sociais que existem e persistem nas nossas sociedades. A este estereótipo de migrante que a extrema-direita tenta difundir, os cidadãos democráticos e progressistas começando pelos sindicalistas da CGTP-IN, combatem-na relevando a importância para os países de acolhimento e os efeitos positivos que têm no seu progresso. Por essa razão, a existência de um órgão de comunicação social sindical dedicada e focalizada nas temáticas das migrações e da solidariedade com os migrantes e da luta contra o racismo e a xenofobia é uma boa notícia para todos aqueles que fazem deste tema a sua intervenção militante ou cívica. A importância superior no actual momento político-sindical, a importância da integração de um projecto de informação e formação sindical (apoiado pelo programa POISE) mais vasto e que se projecta no futuro. Efectivamente, este projecto, intitulado 'Sensibilização e reforço da sindicalização dos trabalhadores de países terceiros' tem uma importância para informar, mobilizar os imigrantes em Portugal e agirem melhor para defender os seus interesses e combater a formação sindical (apoiado pelo programa POISE) mais vasto e que se projecta no futuro. A difusão de informação sobre os direitos e a formação sobre estes projectos, desde a forma social, promovendo a igualdade e sobre-exclusão de que, na generalidade, são vítimas por parte dos patrões em estímulos. A difusão de informação sobre os direitos e a formação sobre estes projectos, desde a forma social, promovendo a igualdade e sobre-exclusão de que, na generalidade, são vítimas por parte dos patrões em estímulos.

estratégica da CGTP-IN. E, assim, reforçar o papel da nossa confederação na integração dos migrantes em Portugal. Neste primeiro número desta nova série, apresentamos uma entrevista de Armando Carlos, secretário geral da CGTP-IN, vamos transmitir informações sobre o conteúdo e a forma de concretização do projecto POISE, descrever a actual realidade quantitativa da imigração em Portugal e registar as perspectivas e a actividade sindical da FEVICOM (Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro e da FEQUIMETA (Federação Interindustrial das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas e Farmacêuticas, Célulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas) sobre o trabalho com os trabalhadores imigrantes. Assim, damos corpo ao nosso objectivo fazer deste boletim uma ferramenta de trabalho sindical dos militantes e dirigentes da CGTP-IN junto aos trabalhadores e trabalhadores imigrantes em Portugal. **VAMOS AO TRABALHO!**

Carlos Trindade  
Membro da Comissão Executiva da CGTP-IN  
Responsável do Departamento de Migrações

## Apresentação da Actividade “Sensibilização e Reforço da Sindicalização dos Trabalhadores de Países Terceiros” – RESULTADOS DO PROJECTO (2017-2019)

Tal como foi apresentado no primeiro boletim *Integrar* desta 2.ª série, este projecto surge na sequência de Programa de Acção adoptado pelo último congresso da CGTP-IN e contribui para a defesa da efectivação dos direitos em condições de igualdade e combate às discriminações vividas pelas trabalhadoras e trabalhadores imigrantes, bem como para a exigência da regularização de todos os que, enquanto trabalhadores, se encontram em situação irregular e continuam a sofrer os efeitos sociais negativos decorrentes. Além disso, queremos promover a integração de migrantes na actividade sindical, nos plenários e noutras formas de luta, bem como a sua sindicalização e eleição como representantes dos trabalhadores. Constituem estes alguns dos importantes vectores orientadores para o trabalho sindical junto deste público. Para este fim, foi importante capacitar os quadros e dirigentes sindicais de todos os sectores de actividade, proporcionar-lhes meios e instrumentos que possam ajudá-los a apoiar mais efectivamente a integração laboral dos trabalhadores imigrantes e, particularmente, de migrantes nacionais de países terceiros da União Europeia (NPT), concretamente, dos PALOP e de alguns países da Europa de Leste.

### Quais as actividades e produtos realizados?

Para implementar este projecto e alcançar estes objectivos, foram realizados e editados diversos seminários de sensibilização; um *Manual de Apoio* para a formação e sensibilização; um cartaz de divulgação; folhetos de divulgação e sensibilização; e a 2.ª série do boletim *Integrar*.

**Sensibilização e reforço da sindicalização das/os trabalhadoras/os imigrantes**

COM ESTE PROJECTO, O DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA CGTP-IN PRETENDE DEFENDER A EFECTIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS/OS TRABALHADORAS/ES IMIGRANTES PARA HAVER CONDIÇÕES DE IGUALDADE E NÃO DISCRIMINANTES NO TRABALHO E CONTRIBUIR PARA A SUA INTEGRAÇÃO AO NÍVEL SOCIAL, CULTURAL E POLÍTICO.

**TRABALHADOR E TRABALHADORA IMIGRANTE**

**VOCÊ TEM DIREITOS LABORAIS E SOCIAIS E TEM DIREITO DE ESTAR LEGALIZADO EM PORTUGAL!**

- ❖ VOCÊ TEM DIREITO AO SALÁRIO ESTABELECIDO NA LEI OU NO CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO DO SEU SECTOR.
- ❖ VOCÊ TEM DIREITO A UM HORÁRIO DE TRABALHO LEGAL MÁXIMO DE 40 HORAS POR SEMANA.
- ❖ VOCÊ TEM DIREITO A CONDIÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO.
- ❖ VOCÊ TEM DIREITO AO ACESSO À PROTECÇÃO SOCIAL E AO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE.
- ❖ VOCÊ TEM DIREITO A SER SINDICALIZADO E A PARTICIPAR NAS ACÇÕES SINDICAIS.

**Você tem o direito de estar legalizado em Portugal!**

Participe no projecto da CGTP-IN para a sensibilização e reforço da sindicalização dos trabalhadores imigrantes!

Informe-se no sindicato da CGTP-IN

**PARA DEFENDER OS DIREITOS E OS SALÁRIOS!**

**REFORÇAR A SINDICALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES IMIGRANTES!**

**Seminários**  
**Manual de Formação**  
**Boletim “Integrar”**

No quadro do projecto POISE: ACTIVIDADE 6  
Sensibilização e reforço da sindicalização dos trabalhadores de países terceiros

POISE  
PORTUGAL 2020  
União Europeia

2018

Foram realizados seis **seminários de sensibilização** em seis locais distintos do país, reunindo dezenas de sindicalistas, permitindo a sua sensibilização para a importância do conhecimento dos aspectos legislativos aplicáveis aos imigrantes, a relevância da realidade actual dos migrantes no mundo laboral e na sociedade portuguesa, bem como a importância do envolvimento sindical destes trabalhadores. Os seminários reuniram sempre quadros e dirigentes sindicais oriundos de diversos sectores profissionais das uniões distritais seguintes: Norte: Porto, Braga, Viana do Castelo e Vila Real; Centro Litoral: Coimbra, Aveiro, Leiria; Centro Interior: Guarda, Castelo Branco, Viseu; Grande Lisboa: Lisboa, Setúbal, Santarém; Alentejo: Beja, Évora, Portalegre; Algarve: Faro.

Os contributos dos participantes foram decisivos para abordar casos concretos e confirmar as situações de exploração laboral e outras vividas pelos trabalhadores imigrantes. Neste boletim são vários os testemunhos que reforçam a importância de se conhecer melhor a realidade para melhor actuar.

Foi editado o **Manual de Apoio para o Trabalho Sindical**, que serviu de base para orientar estes seminários e servirá para futuras acções de sensibilização. Trata-se de um *Manual de Apoio* para o trabalho sindical com os trabalhadores imigrantes e é dirigido principalmente aos sindicalistas portugueses, mas não só! O *Manual* visa a interacção sindical em favor da integração dos trabalhadores imigrantes de países terceiros e serve de meio de apoio para os seminários e outras formações que se realizem neste domínio em todas as estruturas sindicais.

Por isso, o seu conteúdo integra uma primeira parte com a perspectiva sindical da CGTP-IN face aos imigrantes, começando por uma apresentação da realidade socioeconómica e laboral dos trabalhadores imigrantes, com dados qualitativos estatísticos, bem como com as posições e orientações político-sindicais da CGTP-IN para o trabalho sindical com as migrações desde o seu nascimento, e as orientações e princípios defendidos para a acção sindical com os imigrantes. A segunda parte consiste na apresentação da legislação portuguesa da imigração, sob forma de questões-respostas em torno de 64 problemas concretos.

**Para a divulgação deste projecto e para a sensibilização dos trabalhadores imigrantes, foram distribuídos milhares de folhetos** nos quatro principais idiomas (português, inglês, ucraniano e francês) falados pela maioria dos trabalhadores imigrantes oriundos de países de África, Ásia, América Latina e Europa. Este folheto visava principalmente a apresentação do projecto, das suas actividades, dos locais e calendário de realização. Por outro lado, deixava algumas palavras para informar os imigrantes de que têm vários direitos como trabalhadores, para os incentivar a informarem-se e a envolverem-se na acção sindical. Sabemos que depois dos seminários os folhetos foram muito úteis neste sentido. E para completar esta divulgação e sensibilização, foram distribuídas centenas de **cartazes intitulados “Para Defender os Direitos e os Salários”**, nos mesmos quatro idiomas dos folhetos. Este meio de divulgação foi afixado em locais-chave das empresas e nos locais de acesso público dos sindicatos, incentivando os imigrantes e portugueses a participar nas actividades e informar-se.

Por fim, três **boletins Integrar, editados nos mesmos quatro idiomas que os outros materiais**, vieram dar continuidade ao boletim de informação lançado por um anterior projecto como meio de articulação e de informação sobre as actividades realizadas em prol dos trabalhadores imigrantes pela CGTP-IN e pelas várias estruturas filiadas. Pretendemos divulgar informações que promovam uma melhor integração dos trabalhadores imigrantes no mundo laboral e na sociedade portuguesa. Tal como testemunhos, notícias, informações, dados sobre a legislação, estatísticas e actividades. O primeiro boletim *Integrar* (n.º 1 da 2.ª série) foi editado em formato papel e milhares já foram distribuídos. Os números 2 e 3, que estão a ler actualmente, serão editados em formato digital e ficarão acessíveis *online* no site da CGTP-IN.

Giorgio Casula  
Responsável técnico do Projecto  
Departamento de Migrações / 30 de Abril de 2019



## TESTEMUNHO DE LIBÉRIO DOMINGUES – coordenador da união dos sindicatos de lisboa (usl): OS IMIGRANTES NO MUNDO DO TRABALHO E A ACÇÃO SINDICAL



**A** União dos Sindicatos de Lisboa (USL) é a estrutura regional da CGTP-IN que pertence à área territorial do país com maior proporção de imigrantes. Mais de 40% dos residentes e metade dos Trabalhadores estrangeiros por conta de outrem no nosso país vivem e trabalham no distrito de Lisboa. Esta é, pois, uma questão que se inscreve, necessariamente, nas prioridades de trabalho e acção sindical da USL.

Num quadro em que os motivos iniciais para a entrada no nosso país se diversificam e em que aumentam os casos em que a razão da imigração não está directamente relacionada com motivos económicos (estudantes, reunificação familiar...), a verdade é que a permanência destas pessoas acaba por ter relação com a economia e o mercado de trabalho.

A este propósito, é de referir que não só a participação dos imigrantes no mercado de trabalho em Portugal é elevada, como as taxas de emprego da população estrangeira são mais elevadas que as dos nacionais (confirmando que a vivência migratória no nosso país continua a ser muito marcada por motivações laborais). Por isso, o “trabalho” tem sido e continua a ser uma estrutura fundamental de integração para aqueles e aquelas que vêm para o nosso país em busca de melhores condições de vida.

No entanto, sabemos também que a inserção dos trabalhadores imigrantes (e em particular dos provenientes dos denominados países terceiros) é por regra mais frágil, mais precária, mais desprotegida, mais mal paga, mais vulnerável e dependente da conjuntura económica. Não é por isso de estranhar que, apesar de trabalharem e de contribuírem (muito acima daquilo que recebem) para a Segurança Social e para o sistema de protecção social do nosso país, os cidadãos estrangeiros (e nomeadamente os estrangeiros extra-comunitários) apresentem riscos de pobreza e de exclusão social mais elevados que os nacionais.

O modelo que tem vigorado no nosso país (caracterizado pela entrada irregular no país; seguida de um período mais ou menos longo de inserção clandestina no mercado de trabalho, a que se segue um processo de regulação tardio, que, se bem que resolva a componente formal, não evita a situação de desvantagem laboral), a par das dificuldades burocráticas e atrasos na regularização, contribui para manter e perpetuar a exploração e o ciclo vicioso da ilegalidade. Por isso é tão importante uma lei de estrangeiros que facilite a regularização, ao invés de a dificultar. Veremos como se passarão estes processos no seguimento da recente legislação aprovada (aparentemente mais simplificadora dos procedimentos).

Vivemos num momento em que volta a crescer a imigração no nosso país. Os anos de maior retracção da nossa economia, os denominados anos da crise e da intervenção da troika, afastaram do nosso país não só os trabalhadores imigrantes, como os nacionais, que se viram forçados a emigrar.

Os últimos anos foram, pois, de saldos migratórios negativos (mais saídas do que entradas), situação que está novamente a inverter-se. Assim, desde 2016 que a imigração para o nosso país está novamente a crescer, e em 2017 voltou a haver um saldo migratório positivo.

A par do aumento numérico, assistimos nos últimos anos a uma maior diversidade da experiência migratória, que se tem vindo a complexificar. Assistimos actualmente ao crescimento de comunidades que até há pouco tempo estavam quase completamente ausentes do nosso país: falamos da China (actualmente a quinta comunidade estrangeira mais relevante em Portugal), da Índia, mas também do Nepal, do Paquistão, Bangladeche, etc.

Esta multiplicidade torna ainda mais exigente o desafio dos sindicatos de integração dos trabalhadores migrantes, desde logo pela maior dificuldade de comunicação. São homens e mulheres que chegam ao nosso país em busca de melhores condições de vida. Que têm de ser acolhidos e integrados em termos de emprego, saúde, educação, condições de vida e alojamento, de participação cívica e política. Nestas várias dimensões, não é por acaso que o emprego vem à cabeça! A integração no trabalho representa uma das maiores e mais estruturantes dimensões da integração das pessoas imigrantes nas sociedades de acolhimento.

Os sindicatos têm de se dar a conhecer e, desde logo, dar as boas-vindas aos trabalhadores estrangeiros. E, como tão bem afirmamos: os direitos das e dos trabalhadores migrantes são os direitos de todas e todos os trabalhadores. Para nós, um imigrante a trabalhar, mesmo em situação irregular, é sempre um trabalhador, e é pela denúncia e pela procura da normalização da sua situação que na maioria dos casos deve começar a intervenção dos sindicatos.

Num mundo onde cresce a exploração laboral, onde se fortalecem discursos extremistas, xenófobos e ganha terreno a extrema-direita, os sindicatos têm um papel fundamental na construção de solidariedades e no envolvimento e organização sindical das e dos trabalhadores estrangeiros.

Este é um combate ao qual os sindicatos e a União dos Sindicatos de Lisboa nunca viraram nem viram as costas, pelo contrário. Esta é uma luta de muitos anos do nosso movimento sindical, mas para a qual sabemos que estamos ainda longe de conseguir dar a resposta que é necessária e desejada, e por isso são tão importantes espaços de reflexão como estes, que nos ajudem a conhecer melhor a realidade para uma maior eficácia da nossa intervenção.

*Libério Domingues*  
Coordenador da USL



## Contributo do Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas (STAD).



**D**o meu ponto de vista, o sentimento que existe sobre a presença dos imigrantes em Portugal é, na sua generalidade bom, a grande maioria dos portugueses está hoje bastante confortável com a sua presença, e os imigrantes, na sua maioria, estão bem integrados na sociedade e nos locais de trabalho.

No sector das limpezas industriais, assim como em outros que o STAD representa, como por exemplo o da vigilância privada, os trabalhadores imigrantes estão bem integrados e ao longo dos anos têm sido bem aceites nos locais de trabalho, lutam e reivindicam uma vida melhor lado a lado, e todos em união somos mais fortes. É porque a luta é conjunta que, quando se conquista novos direitos, os mesmos são aplicados a todos sem discriminação, sejam imigrantes ou não; só desta maneira se consegue que os patrões não tenham uma forma de chantagear ou amedrontar trabalhadores.

A situação vivida no sector das limpezas industriais é uma situação preocupante, não temos negociação colectiva nos últimos quinze anos, os direitos têm vindo a ser reduzidos, os salários, como não têm sido aumentados por contratação colectiva, estão agora no salário mínimo nacional, mas é igual para todos, para os imigrantes e para os nacionais, por isso lutamos todos contra os patrões deste sector, como se comprovou nas duas lutas nacionais de 2018.

Na constante acção sindical desenvolvida pelo STAD nos locais de trabalho, os plenários realizados têm em muitos casos a presença de trabalhadores imigrantes que, como percebem que não falamos para uns de uma maneira e para outros de outra maneira, confiam no sindicato e nos dirigentes sindicais e participam activamente na vida do sindicato.

Esta participação activa verifica-se na eleição de delegados sindicais, muitos deles imigrantes ou filhos de imigrantes; temos também imigrantes na Direcção Nacional, na Mesa da Assembleia-Geral e no Conselho Fiscalizador, desta maneira temos representação de imigrantes em todos os órgãos do sindicato.

A resposta que damos aos trabalhadores imigrantes é igual à que damos aos trabalhadores que não são imigrantes, mas temos alguns casos específicos, exemplo de algumas empresas que não fazem entrega do documento para que os trabalhadores possam ir ao SEF tratar dos seus documentos; nestes casos, o sindicato passa a declaração em como essa trabalhadora é nossa sócia e acompanhamo-la ao SEF; desta maneira, a trabalhadora sente que não está sozinha.

O flagelo da guerra leva a que muitas pessoas se vejam obrigadas a deixar a sua terra natal e as suas casas e a fugirem de uma vida de fome e miséria, por isso, se um país tiver a capacidade de poder acolher essas pessoas, na minha opinião deve fazê-lo. Portanto, se o nosso país os recebe, não vejo qualquer problema, a solidariedade demonstra-se com acções e não com palavras.

## TESTEMUNHO DE DANIEL BERNARDO, DO SINTAB DE BEJA



O meu nome é Daniel Bernardo, sou dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal (SINTAB). Através do trabalho sindical no SINTAB é possível verificar que nos últimos anos a população imigrante tem aumentado muito no concelho de Odemira, distrito de Beja, que, neste momento, ocupa, na agricultura, pessoas de mais de trinta nacionalidades.

Na sua maioria, são imigrantes da Tailândia, Índia, Bangladeche, Nepal, entre outros países, verificando-se mais recentemente a chegada de imigrantes de Cuba. A maior parte dos trabalhos no sector são de tipo sazonal, o que dificulta a evolução profissional e remuneratória e revela um crescimento da precariedade laboral. Constatamos até que algumas “portarias de extensão” dos contratos colectivos de trabalho incentivam estas situações.

O município de Odemira, através da Comissão Local para a Interculturalidade, está a trabalhar em conjunto com entidades públicas e empresas locais por forma a criar um *kit* informativo de acolhimento ao imigrante que se destina a informar sobre os seus direitos e deveres, os procedimentos de legalização em território Nacional, o acesso à saúde, à segurança social, entre outras coisas, e o *kit* é distribuído em várias línguas.

Sindicalizar imigrantes por vezes torna-se difícil, por causa das diferenças linguísticas, mas também pelo receio de represálias e de pressões laborais e por algum desconhecimento sobre os sindicatos. Mesmo assim, durante o trabalho sindical numa empresa consegui inscrever 28 imigrantes tailandeses no SINTAB. Estes, após confrontar a sua empresa sobre algumas ilegalidades relacionadas com os direitos dos trabalhadores, viram-se fortemente pressionados, pela empresa e pela entidade que os colocou em Portugal, para deixarem de ser sócios do SINTAB imediatamente, ou seriam despedidos.

As habitações dos imigrantes nem sempre reúnem as melhores condições de higiene e habitabilidade. Entre outras situações, posso dizer que por vezes vivem em beliches amontoados dentro de contentores no interior das empresas, ou em casas onde vivem oito pessoas mas que só têm dois quartos.

Para combater estas situações, o sindicato está a fazer uma acção intensiva de divulgação de documentos informativos em português e inglês, com vista a melhorar a situação e sensibilizar os imigrantes sobre os seus direitos laborais e as vantagens de ser sócio do SINTAB. Também incentivamos os trabalhadores a denunciar situações de discriminação, assédio moral e escravatura, entre outras ilegalidades, e os ajudamos a agir sobre estas situações.



## CONTRIBUTOS DE PAULO COSTA, TRABALHADOR IMIGRANTE E DIRIGENTE SINDICAL

**E**u acho que os imigrantes brasileiros têm boa integração em Portugal, usufruem de todos os benefícios sociais que existem disponíveis no país, como o acesso dos filhos a educação e formação nas escolas da sua área de residência. Os imigrantes que vieram com alguma educação e formação conseguiram a equivalência a essa mesma formação para poderem depois entrar no mercado de trabalho.

Na profissão que eu desempenho, que é a da segurança privada, conheço muitos trabalhadores integrados na mesma profissão, e neste caso temos os mesmos direitos que os trabalhadores nacionais portugueses, somos todos trabalhadores, sejam imigrantes ou não.

A situação dos trabalhadores do sector da segurança privada é igual seja para imigrantes seja para os não imigrantes, ou seja, os direitos são iguais, este sector é de mão-de-obra intensiva e num progressivo crescimento em que a mão-de-obra nacional é muito mais escassa. As questões que são colocadas aos imigrantes são as mesmas que são colocadas aos trabalhadores nacionais, os direitos são iguais, os deveres também.

No contrato colectivo de trabalho (CCT) do sector, assinado no final do ano de 2018, foi negociada uma cláusula muito importante para o sector e para os imigrantes, foi a cláusula 14.<sup>a</sup>: “sucessão do posto de trabalho”: quando uma empresa sai e entra outra empresa, a que entra é obrigada a ficar com todos os trabalhadores mantendo os mesmos direitos; esta cláusula leva a que os trabalhadores deixem de ser trabalhadores precários e com contratos a prazo, passam a estar mais protegidos nos seus direitos e nos salários, isto aplica-se a todos os trabalhadores, sejam imigrantes ou não.

*Paulo Costa  
Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância,  
Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas (STAD)*



## TESTEMUNHO DE PAULO RODRIGUES, DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS ELÉCTRICAS DO SUL E ILHAS (SIESI)



**P**aulo é de origem cabo-verdiana, chegou a Portugal aos 11 anos, é hoje um sindicalista dirigente do SIESI e, em nome deste, dirigente da Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas (FIEQUIMETAL) e da União dos Sindicatos de Lisboa (USL). Aqui, o seu testemunho sobre a realidade dos trabalhadores migrantes em Portugal.

Quanto à integração social, penso que a habitação é fulcral para a integração social dos imigrantes, atendendo ao facto de que existe uma relação directa entre o lugar onde um indivíduo vive e a qualidade de vida que essa mesma pessoa irá apresentar perante a sociedade. Na educação, o insucesso escolar associado aos alunos imigrantes e o abandono precoce dos estudos por parte dos alunos mostram bem algumas lacunas que perturbam o desenvolvimento educativo dos imigrantes em Portugal.

Quanto à integração económica, durante a última década o saldo financeiro da Segurança Social com os trabalhadores imigrantes foi positivo. Embora o contributo financeiro dos imigrantes para o sistema tenha vindo a diminuir, este não foi posto em causa com a crise económica e a necessidade de apoiar os imigrantes em termos de protecção social. Num contexto de crise económica e de aumento do desemprego, se forem contabilizadas as contribuições dos imigrantes para a Segurança Social e a estas se subtraírem os gastos com prestações sociais, obtém-se um saldo positivo. A imigração mostra-se necessária para contrabalançar os efeitos do envelhecimento demográfico no sistema de Segurança Social, contribuindo para um relativo alívio do sistema e para a sua sustentabilidade.

Ao nível da integração cultural, a sociedade portuguesa recebe cada vez mais imigrantes das diversas partes do mundo para quem o português é língua não materna. Portugal confronta-se, deste modo, com novos desafios de diversidade linguística e cultural. Deste modo, pensa-se ser crucial uma sensibilização para a pluralidade linguística e cultural, constituindo um desafio à sociedade na integração linguística e cultural.

Relativamente aos direitos laborais importa dizer que em Portugal uma das problemáticas laborais que têm sido bastante debatidas prende-se com o fraco apoio que os imigrantes sentem em relação a questões laborais e à fraca adesão ao mundo sindical, assim como com o número quase nulo de reivindicações referentes a problemas apresentados por imigrantes. É fulcral combater o lado obscuro associado às explorações laborais, assim como promover o sindicalismo. Por exemplo, na empresa Legrand Eléctrica, em particular, deparam-se com um problema em geral, que é a incerteza do vínculo laboral, pelo facto de estarem a trabalhar nas empresas temporárias continuando a permanecer anos sem nunca passarem a efectividade da empresa.

## Alguns comentários sobre a acção sindical em prol dos trabalhadores imigrantes

Como lhes é inculcado que o sindicato é só para trabalhadores portugueses, para que eles não conheçam os seus direitos, começamos por esclarecer que o sindicato é para todos e damos exemplos de outras áreas de trabalho em que acontecia o mesmo e que, a partir do momento em que os trabalhadores se começaram a sindicalizar, a empresa apercebeu-se de que eles já estavam mais conhecedores dos seus direitos, e por isso os direitos passaram a ser gozados.

Quando uma empresa (*call center*) tenta impedir a realização de um plenário na empresa, “e aí é a prova de fogo”, os trabalhadores podiam perder a coragem e força para virem ao plenário que seria na rua, mas a força dos trabalhadores prevalece e o plenário é realizado na rua à chuva e ao frio, valorizamos a atitude dos trabalhadores que sob coacção/ameaça de que as horas de plenário lhes iam ser descontadas, vieram ao plenário e em maior número do que era previsto, e assim a empresa percebeu que os trabalhadores já estavam ganhos para a “LUTA SINDICAL”, mesmo assim, descontaram-lhes as horas de plenário, que lhes foram de imediato devolvidas devido à intervenção sindical. Quanto mais as empresas tentam dificultar a actividade sindical, mais os trabalhadores imigrantes percebem a importância da sindicalização e passamos a ser a “família sindical” destes trabalhadores, ajudando-os a nível sindical e social.

Por fim, um outro exemplo numa empresa de *call center* que trabalha para a EDP. Os trabalhadores imigrantes não gozavam os direitos de parentalidade/maternidade nem os feriados portugueses, pelo simples facto de serem imigrantes argentinos, cubanos, venezuelanos, brasileiros, mexicanos; eram obrigados a gozar os feriados dos países das linhas telefónicas que atendiam. Com a entrada do sindicato nas suas vidas laborais, começaram a ter conhecimento dos seus direitos e os mesmos passaram a ser gozados desde que houve intervenção sindical.

Paulo Rodrigues  
SIESI

[continuação da página 02]

“questão-resposta”. Esta metodologia, altamente pedagógica, é preferível a uma exposição analítica e descritiva da legislação, que é uma metodologia mais técnica, logo, de mais difícil utilização para os dirigentes e delegados sindicais. Entre as inúmeras questões possíveis, foram escolhidas 64 questões concretas (e respectivas respostas) que habitualmente os imigrantes mais colocam nos contactos e interacções. Este *Manual* foi o principal meio utilizado nos seminários e é o instrumento privilegiado nos contactos com os trabalhadores imigrantes.

Para difundir a informação do projecto, produziram-se dois meios de comunicação. O primeiro, um folheto desdobrável em formato A<sub>4</sub>, para distribuir nos locais de trabalho, com a descrição e objectivos do projecto, os locais da realização dos seminários de sensibilização e uma pequena e sintética informação sobre os principais direitos dos imigrantes. Este folheto desdobrável foi editado em quatro línguas, o português, o francês, o inglês e o ucraniano. O outro meio de comunicação do projecto foi a edição de um cartaz, de formato A<sub>3</sub>, para afixar nos locais de trabalho, também em quatro línguas, com a mesma informação.

Finalmente, o último produto do projecto foi a edição do boletim *Integrar*. Este boletim é o órgão

de comunicação da CGTP-IN para a acção sindical com os imigrantes e é o meio específico para noticiar informações sobre a imigração e disseminar, na estrutura, a actividade confederal nesta frente de trabalho. O *Integrar* foi também editado nas quatro línguas de trabalho.

Aliás, este número do *Integrar* espelha esta sua função. Ele inclui os testemunhos de cinco dirigentes e participantes nos seminários (que transmitem a sua visão e as perspectivas das suas organizações sobre a imigração) e artigos sobre a realidade sociolaboral da imigração e sobre o desenvolvimento do projecto. O conteúdo do presente número permite compreender a essência do boletim e a importância que possui para o trabalho da CGTP-IN com os trabalhadores imigrantes.

Quando, no início deste artigo, classificámos o nosso projecto como um caso de sucesso, não estávamos a fazer um exercício de auto-elogio. Temos a consciência do trabalho realizado – e ficámos com a consciência ainda mais aguda do muito que ainda há para fazer! Esta foi, aliás, a interpelação que os participantes nos seminários colocaram à CGTP-IN – este é o desafio a que vamos continuar a responder!

Carlos Trindade  
Responsável pelo Departamento de Migrações da CGTP-IN



**CGTP**  
INTER-SINDICAL NACIONAL

RENFORCER LA SYNDICALISATION DES TRAVAILLEURS IMMIGRES!

**Pour défendre les droits et les salaires**

REFORÇAR A SINDICALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES IMIGRANTES!

**Para defender os direitos e os salários**

Захист прав та заробітної Плати

Defending rights and wages

ПОСИЛИТИ ПРОФСПІЛКОВУ ДІЯЛЬНІСТЬ ПРАЦІВНИКІВ-ІМІГРАНТІВ!

REINFORCING MIGRANT WORKERS' UNIONISATION!

Na quadro do projecto POISE ACTIVIDADE 6  
Sensibilização e reforço da sindicalização dos trabalhadores de países terceiros

Co-financiado por:  
POISE PORTUGAL 2020